

RELATO DE EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA: A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, RELAÇÕES ABUSIVAS PRODUZIDAS POR REFLEXOS DE UMA CULTURA MACHISTA

Lucicleide Araújo Rodrigues¹; Senyra Martins Calvacanti²

¹ *lucicleidearaujo727@gmail.com*; ² *senyra@hotmail.com*
Universidade Estadual da Paraíba

Resumo: O presente relato, apresenta uma das experiências didático-pedagógica do Projeto de Extensão “Cinema e Educação Histórica no Ensino Fundamental” (PROEX-UEPB), cota 2017-2018, realizada entre os meses de março e abril de 2018, com alunos do 8º e 9º anos, na E. M. E. F. M. Nossa Senhora do Rosário, localizada na Cidade de Campina Grande-PB, na qual foi suscitado o tema “A violência doméstica e familiar contra a mulher, relações abusivas produzidas por reflexos de uma cultura machista”, a partir do filme “A Mulher do Pastor” (dir. Norma Bailey, 2011). Fizeram parte da experiência a seleção, edição e exibição do filme, confecção de roteiros de sensibilização à temática e discussão, bem como de atividades escritas, metodologia inerente ao projeto supracitado. Nessa perspectiva, através das discussões apresentadas nesse artigo, será apresentada as ações realizadas na Escola, bem como a análise das produções realizadas pelos alunos, a partir das produções textuais realizadas em sala, momento posterior a apresentação do filme. Desse modo, considerando o filme como documento histórico e os avanços que possibilitaram seu uso como recurso didático, podemos afirmar que o uso de obras fílmicas no contexto educacional contribui qualitativamente para a dinamização das práticas de ensino e apreensão dos conteúdos por parte dos alunos, como poderemos observar no decorrer deste artigo.

Palavras-chave: Relato de Experiência, Violência, Mulher.

1. Introdução

De acordo com o Dossiê publicado pelo Instituto Patrícia Galvão (2015), sob diversas formas e intensidades, a violência contra mulher é recorrente em muitos países, motivando graves violações de direitos humanos e até crimes hediondos. No Brasil, são muitos os casos relatados em jornais, alguns que não chegam sequer à ser denunciados. A violência contra as mulheres pode acontecer de várias formas, seja como exploração sexual, violência psicológica, agressões por parceiros ou familiares, assédio moral e sexual entre outras tantas que se fazem presentes em nossa sociedade. Em relação a isso, o documento supracitado relata que “as desigualdades de gênero estão, ainda, nas raízes de sofrimento físico e mental, violação e morte que atingem bilhões de mulheres de todas as idades, raças, etnias, religiões e culturas” (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2015, p. 2). Ainda segundo o Dossiê (2015), a persistência de discriminações contra mulheres, por acredita-se numa “fragilização” em relação ao gênero feminino, revela a necessidade, inadiável, de um olhar crítico e reflexivo sobre as raízes que levam a esse pensamento, visando um maior compromisso na coibição de normas

que determinam lugares rígidos para as mulheres e homens na sociedade, agindo como fortes barreiras para efetivação de direitos igualitários, independente do gênero em questão.

Em estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), citado pelo Dossiê (2015), as taxas de mulheres que foram agredidas fisicamente pelos parceiros em algum momento de suas vidas, variam entre 10% e 52% em dez países pesquisados. No Brasil, de acordo com os dados levantados na pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado (FPA/SESC, 2002) e citada no Dossiê produzido pelo Instituto Patrícia Galvão (2015), estimasse que a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas e em 80% dos casos registrados a agressão acontece em ambiente doméstico e familiar. A pesquisa retrata que “apesar dos dados alarmantes, muitas vezes, essa gravidade não é devidamente reconhecida, graças a mecanismos históricos e culturais que geram e mantêm desigualdades entre homens e mulheres e alimentam um pacto de silêncio e convivência com estes crimes” (FPA/SESC, 2002 apud INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2015, p. 3). Pensamento que naturaliza a violência contra a mulher, tratando-a como um fato normal em uma relação. A esse respeito, outra pesquisa relatada no Dossiê (2015), documento que reúne variadas pesquisas acerca do assunto, salienta:

Na pesquisa Tolerância social à violência contra as mulheres (IPEA, 2014), 63% dos entrevistados concordam, total ou parcialmente, que “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”. E 89% concordam que “a roupa suja deve ser lavada em casa”, enquanto que 82% consideram que “em briga de marido e mulher não se mete a colher” (IPEA, 2014 apud INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2015, p. 3).

Conforme as discussões suscitadas pelo Dossiê (2015), confere-se a necessidade de levar estas discussões ao contexto de sala de aula, com o objetivo de desmistificar o “pensamento retrogrado” da mulher como submissa e que deve aceitar de bom grado os preceitos de uma sociedade regida por ideias patriarcais, em que a mesma deve ser vista como “bela, recatada e do lar” e sendo assim não pode agir de forma contrária ao esperado pelas regras morais impostas pela sociedade. Atualmente, existem vários movimentos em prol da redução e dizimação da violência contra a mulher, em qualquer âmbito em que a mesma possa se apresentar. De acordo com a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida popularmente como Lei Maria da Penha, as formas de violências doméstica e familiar contra a mulher podem ser categorizadas em violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A adoção dessa lei, em muito tem contribuído na punição adequada as pessoas que praticam tais atos, muito embora ainda se tenha um longo caminho de luta para a modificação de dados alarmantes, mencionados corriqueiramente em pesquisas.

Com a exposição do tema “A violência doméstica e familiar contra a mulher, relações abusivas produzidas por reflexos de uma cultura machista”, nas ações realizadas na escola, objetivamos trabalhar a temática, a partir das discussões levantadas no filme “A Mulher do Pastor” (dir. Norma Bailey, 2011), junto às turmas do 8º ano “E” e os 9º anos “E” e “F”, do Ensino Fundamental na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nossa Senhora do Rosário, situada na Cidade de Campina Grande – PB. Para isso, adotamos três objetivos específicos: 1) Compreender as bases de sustentação da violência contra a mulher; 2) Refletir sobre normas sociais de gênero que reforçam certos tipos de violência contra a mulher tratando-a como normal e natural; 3) Encorajar a mulher a reconhecer seu potencial de proteger a si mesma e buscar seus direitos.

As experiências didático-pedagógicas vivenciadas durante a execução do Projeto de Extensão “Cinema e Educação Histórica no Ensino Fundamental” (PROEX-UEPB), sob a coordenação da professora Ms. Senyra Martins Cavalcanti (DE/UEPB), contam com as obras fílmicas como recurso didático, fator que dinamiza as aulas e a compreensão dos alunos acerca dos temas. Apesar de que durante muito tempo questionou-se se o filme poderia ser considerado como um documento histórico, hoje temos a compreensão que estes são capazes de demonstrar vários aspectos de uma sociedade, num determinado contexto sócio histórico. De acordo com Ferro (1992), mesmo com as censuras existentes, vê-se no filme a capacidade de desestruturar o que sucessivas gerações conseguiram ordenar em num belo equilíbrio. Na concepção do autor, a câmera é capaz de captar e revelar as singularidades de cada indivíduo, bem como desvendar o avesso de uma sociedade e apontar os seus lapsos atingindo suas estruturas. Baseando-se nessa visão, percebemos que o filme “[...] não vale somente por aquilo que testemunha, mas também pela abordagem sócio-histórica que autoriza” (FERRO, 1992, p. 32).

Compreender não apenas a obra como também a realidade representada pela mesma, exige a observação dos vários aspectos presentes em sua construção, desde a narrativa e o cenário às relações do filme com o que não é do filme e vários outros aspectos por mínimos que possam parecer. Na visão de Ferro (1992), um filme, seja qual for ele, sempre vai além de seu próprio conteúdo e da realidade representada, pois permite atingir zonas da história até então ocultadas, inapreensíveis e, antes, invisíveis. Para ele, os filmes desmontam partes da mecânica da história racional e suas análises tem contribuído uma para melhor apreensão da relação existente entre as classes dirigentes e a sociedade. Sendo assim, a apresentação do filme “A Mulher do Pastor” (dir. Norma Bailey, 2011), permitirá que os alunos compreendam de forma mais clara as relações abusivas, demonstradas durante o decorrer da narrativa, refletir sobre as

mesmas e confrontá-las com a realidade, sensibilizando esses jovens em relação da vivência de experiências desse tipo e como eles devem agir em relação as mesmas.

2. Metodologia

O Projeto de Extensão “Cinema e Educação Histórica no Ensino Fundamental”, como já mencionado anteriormente, teve como espaço de ação a E. E. E. F. M. Nossa Senhora do Rosário, localizada em Campina Grande – PB. Inicialmente a professora Ms. Senyra Martins Cavalcanti (DE/UEPB), responsável pela coordenação do Projeto, apresentou o Projeto para o Gestor da Escola, que se demonstrou bastante interesse na proposta e prontamente aceitou a vinculação da Instituição com o Projeto de Extensão. As ações seriam realizadas nos horários das aulas de Educação Física, que mesmo acontecendo em turno contrário ao das aulas, permaneciam também agendados nos horários da tarde, gerando aulas vagas nas turmas.

Antes de iniciarmos as atividades, sob a orientação da referida professora coordenadora, houve por parte dos monitores a escolha do tema e a seleção dos filmes que seriam utilizados. Em um segundo momento, editamos o filme para otimização do tempo em sala, organizando-o de forma que não perdesse o sentido da sequência fílmica, mas que mantivesse o foco nos aspectos que seriam abordados durante as discussões, assim como produzimos slides que seriam replicados, contendo os objetivos de se trabalhar a temática, tópicos de sensibilização que deveriam ser observados durante o filme, tópicos de discussão que seriam detalhados e debatidos depois de exibir o filme selecionado junto às turmas e explicação das atividades respectivamente aplicadas em sala após a reprodução dos filmes.

Como acordado anteriormente, cada monitor desenvolveria suas ações dividindo-se de acordo com as turmas e aulas disponíveis. Nessa perspectiva, a experiência aqui relatada foi desenvolvida em três turmas. A primeira turma em que abordamos a temática foi o 9º ano “F”, composta por aproximadamente 35 alunos. Posteriormente, a temática foi replicada nas turmas do 8º ano “E”, composta por também por aproximadamente 35 alunos, e 9ºano “E”, turma composta por entorno de 24 alunos, sendo todas as três turmas formadas por alunos em fase de adolescência. Cada ação teve a duração de duas aulas, com exceção da turma do 9º ano “E”, por conta de alguns contratempos com os equipamentos cedidos pela escola, nela foram necessárias três aulas para a conclusão das atividades.

Antes da exibição do filme editado, indicamos temas para os alunos observarem nas imagens, naquilo que chamamos de “tópicos de sensibilização” e que são: Como as formas de violências doméstica e familiar contra a mulher se apresentam no filme? Quais as relações abusivas e possíveis consequências que estas podem ocasionar na vida das mulheres que às

sofrem? Quais ações e reações da sociedade culturalmente regida por preceitos da cultura machista, perceptíveis no filme? Como ocorre o empoderamento da mulher acerca do seu potencial de proteger a si mesma e lutar por seus direitos?

Após a exposição do filme e observação dos tópicos de sensibilização, iniciamos a problematização dos temas, apontando os seguintes tópicos de discussão: a) Formas de Violência contra mulher, acometimentos que não se restringem a agressões físicas; b) Relações abusivas alimentadas pela crença nas diferenças entre gêneros; c) Crítica reflexiva acerca da necessidade de superação da “Cultura machista”; d) Lei Maria da Penha, uma busca por garantir proteção da mulher fazendo valer os seus direitos assegurados por lei. Dessa forma, os alunos expusessem suas percepções sobre o tema a partir da relação que fizeram com a obra apresentada, como veremos nas discussões a seguir.

3. Resultados e Discussões

Abordando a temática violência doméstica e familiar contra a mulher, o projeto didático-pedagógico intitulado “A violência doméstica e familiar contra a mulher: relações abusivas produzidas por reflexos de uma cultura machista”, foi elaborado e executado na escola campo de ação, já mencionada. A referida ação, teve como ponto chave trabalhar a violência doméstica e familiar contra mulher, considerando o alto índice de violência contra esse público, utilizando-se como recurso didático o filme “A Mulher do Pastor” (dir. Norma Bailey, 2011).

A obra é baseada em um relato real e conta a história de um pastor que é encontrado morto em sua casa ao mesmo tempo em que sua esposa e filhas são consideradas desaparecidas por acreditarem, inicialmente, se tratar de um sequestro. No decorrer da trama, a esposa vem a se tornar a principal suspeita sendo está “obrigada” a contar os motivos que levaram ao crime, para não perder contato com as suas filhas que seriam afastadas permanentemente do convívio com a mãe. O filme é composto por várias cenas de abuso contra a mulher, apresentadas no decorrer do depoimento de Mary Winkler (a mulher do pastor).

No que se refere ao uso de obras fílmicas como documentos históricos e aqui utilizados como recurso didático durante a realização das ações a fim de dinamizar as aulas e trabalhar o contexto histórico relatado nos mesmos, Morettin (2011), apresenta a visão de Ferro da seguinte forma:

[...] o cinema é um testemunho singular de seu tempo, pois está fora do controle de qualquer instância de produção, principalmente o Estado. Mesmo a censura não consegue dominá-lo. O filme para o autor possui uma tensão que lhe é própria, trazendo à tona elementos que viabilizam uma análise da sociedade diversa da proposta pelos seus segmentos, tanto o poder constituído quanto a oposição (MORETTIN, 2011, p. 40)

Apesar de as discussões sobre a autoridade de obras fílmicas, enquanto documentos capazes de retratarem uma época, nos dias atuais, o filme é considerado um grande aliado no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem. No Brasil, embora ainda poucas pessoas saibam de sua existência, existe uma lei que dispõe da seguinte obrigação: “A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais” (BRASIL, 2014, p. 1). Trata-se da Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014, lei que regulariza o uso de filmes na Lei nº 9394/96.

Segundo Gardes (2011), para utilizarmos o filme como documento temos primeiro de apoiar-se nos em conhecimentos de uma história do cinema. Em função disso, Gardes (2011), nos aponta modos de abordagem sobre o mesmo, destacando a abordagem histórica em duas funções.

[...] ou se utiliza o contexto do filme (saber cultural ou histórico) que permitirá compreendê-lo de forma mais rigorosa, ou utiliza-se esse filme para compreender melhor o contexto. A primeira preocupação do historiador, nos dois casos, é combinar uma abordagem contextual, ligada a documentos, em muitos casos não fílmicos, e uma abordagem textual: a análise do próprio filme (GARDES, 2011, p. 113-114).

A esse respeito, Ferro (1992, p. 33), acrescenta que um filme deve “[...] analisar tanto a narrativa quanto o cenário, a escritura, as relações do filme com aquilo que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime do governo”. Na percepção de Ferro (1992), assim poderemos chegar à compreensão não apenas da obra, como também da realidade que ela representa. Essa era justamente uma de nossas intenções ao trabalhar esse tema em sala. Tínhamos a intenção, que a partir das cenas mostrados no filme, os alunos pudessem evidenciar e compreender que a violência doméstica e familiar contra a mulher não se consuma apenas quando há agressão física. Mostrar para esses jovens a necessidade de sabermos identificar a existência de relações abusivas, ainda no início da relação, desconstruindo o pensamento de inferioridade de gênero presente na sociedade, a fim de que haja um empoderamento da mulher acerca do seu potencial.

Durante o debate, os alunos demonstraram compreensão sobre o objetivo da proposta e participaram ativamente através de suas falas. Posteriormente, de forma escrita com a realização da atividade que consistiu numa produção textual, entre 30 a 40 linhas. Algumas produções, impressionaram pela maturidade dos alunos, em relação ao pensamento apresentado sobre a temática. Eles conseguiram compreender o filme e analisá-lo, relacionando-o com fatos cotidianos. Uma das alunas do 9º ano por exemplo, destacou o seguinte:

No início, ninguém acreditava nela e a julgavam [...] chamam-a de “ótima atriz” e digna de um Oscar”. E isso é a realidade de várias mulheres atualmente. O peso de uma sociedade machista ainda é apresentado, um pensamento extremamente atrasado. O correto é denunciar e, mesmo sendo julgada, não aguentar nada calada (ALUNA 9º ANO “F”).

Outros alunos, assim como esta aluna do 9º ano “F”, apontaram pontos importantes observados durante o filme e perceptíveis em nossa sociedade, como por exemplo as relações abusivas ocorridas desde o namoro entre o casal de protagonistas do filme e a forma como a sociedade vigente reagiu em defesa do homem, mesmo diante das provas apresentadas, em defesa da mulher. Algumas reflexões apresentadas pelos alunos foram bem próximas umas das outras. Em função disso, selecionei algumas:

O filme mostra o que muitas mulheres sofrem no dia-a-dia em várias partes do mundo, a qualquer hora e em qualquer lugar. A mulher pode sofrer exposição e vários tipos de violência, as mais comuns são a violência física, verbal e a sexual, sem contar os vários preconceitos que as mulheres sofrem (ALUNO 9º ANO “F”).

[...] está cada vez mais fácil ouvir uma notícia sobre isso nos jornais pois a cada segundo que passa, novas vítimas surgem, e também, novos agressores. Enquanto andamos na rua pode estar em nosso lado um agressor que está impune de seus delitos e isso não é a melhor coisa que desejamos ouvir. Por causa desses “homens” está cada vez mais difícil achar alguém para compartilhar experiências, exatamente pela confiança, que está encolhendo cada vez mais dentro da gente (ALUNA 9º ANO “E”).

Isso é muito frequente, os homens agredem as mulheres sem motivos pois algumas mulheres têm medo de denunciar, com medo das ameaças que elas recebem deles exemplos: mortes, matar famílias, algumas delas vivem presas dentro de casa por que o s companheiros não deixam elas sair. Alguns homens acham que nós mulheres somos propriedades deles, somos todos seres humanos, ninguém é de ninguém (ALUNA 8º ANO “E”).

Partindo das citações apresentadas, percebe-se a maturidade expressada pelos alunos através de suas produções. As falas a cima, foram extraídos tal qual estavam escritos e discorrem sobre o tema fazendo referências ao filme, mas sempre demonstrando o entendimento que os alunos obtiveram sobre o assunto. De acordo com parte dos estudantes, a violência contra a mulher ainda continua tão presente em nosso meio, não apenas pelo fato das mulheres terem medo de denunciar, mas também, porque quando chegam as delegacias para denunciar acabam muitas vezes sofrendo novos constrangimentos. Sabe-se que hoje já temos delegacias especializadas para o atendimento de casos como esse, no entanto, não é estranho encontramos depoimentos como esse, exposto pelos alunos. Nessa perspectiva, a Lei Maria da Penha, foi outro ponto que serviu como base para nortear a escrita dos alunos acerca do tema, tecendo críticas positivas e negativas sobre a mesma.

4. Considerações finais

Considerando o filme como documento histórico, e os avanços que possibilitaram seu uso como recurso didático fundamental no processo de ensino e aprendizagem, podemos afirmar que o uso de obras fílmicas no contexto educacional ajuda na dinamização das práticas de ensino e apreensão dos conteúdos por parte dos alunos. Com o uso de uma única obra, podemos analisar e explorar vários temas presentes na obra, como a exemplo do filme utilizado, em que exploramos não só a violência contra mulher como também, as leis que coíbem esse tipo de crime, a visão de uma sociedade regida por preceitos patriarcais, bem como, retratamos o empoderamento da mulher sobre o seu potencial de proteger a si mesma e lutar por seus direitos.

Todavia, o uso de filmes no contexto educacional não deve ser visto unicamente como um “entretenimento” para os estudantes, um passatempo sem finalidades e objetivos a serem pensados e executados em relação a obra escolhida. Atualmente, há uma infinidade de filmes que podem ser trabalhados em sala, abordando diversos temas como os de ficção científicas, romances, ação, entre outros tantos que trazem discussões em torno de conteúdos, muitas vezes já previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais e podem ser utilizados para otimizar a práxis do professor. Contribuindo, até mesmo, para um trabalho interdisciplinar e transversal a partir dos conteúdos repassados ao alunado, através do filme.

Por fim, o filme “A Mulher do Pastor” (dir. Norma Bailey, 2011), permitiu uma abordagem clara e de fácil entendimento para os alunos, sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher. A obra oportuniza uma maior compreensão sobre a temática e a utilização de uma dinâmica flexível em que os alunos puderam expor suas ideias relacionando o real com a ficção. As produções construídas durante a ação, demonstram mudanças de pensamento que estão acontecendo em nosso contexto histórico atual. Mudanças que estão se construindo a base de muitas lutas e também, infelizmente, de muitas vítimas. A Lei Maria da Penha é uma prova disso, a mulher à que lhe homenageia o nome, foi vítima de várias agressões e por pouco não se torna uma vítima fatal nas mãos de seu companheiro. Maria da Penha lutou muito para conseguir a legitimidade da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, agora cabe a nós lutamos pela sua verdadeira efetivação e futuras implementações na esperança de erradicar ou menos diminuir consideravelmente os índices que vem sendo apresentados.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Dispõe sobre a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014**. Acrescenta § 8o ao art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113006.htm>. Acesso em: 28 mar. 2018.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 25-47.

GARDES, René. História e cinema. In: **Compreender o cinema e as imagens**. Lisboa: Texto & Grafia, 2011. p. 113-144.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Violência contra as Mulheres**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossies/violencia/violencias/cultur-e-raizes-da-violencia/>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

MATTES, Etieli Guareschi; ROCHA, Nathália Facco. Adolescentes e os relacionamentos abusivos: A tendência a se concretizar em casos de violência doméstica contra a mulher. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA – IX Mostra Internacional de Trabalhos Científicos, 8, 2016, Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: IX Mostra Internacional de Trabalhos Científicos, 2016.

MORETTIN, Eduardo. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. In: CAPELATO, Maria Helen et al. **História e cinema: dimensões históricas do audiovisual**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2011. p. 39-64.

OLIVEIRA, Elisa Rezende. Violência doméstica e familiar contra a mulher: Um cenário de subjugação do gênero feminino. In: **Revista LEVS**, Marília, SP: UNESP. n. 9, p. 150-165, maio. 2012.